

Invasões das comerciais locais serão demolidas em 4 meses

Ministério Público, Iphan e GDF assinam protocolo para fazer cumprir lei que combate ocupações

Bruno Stuckert/Ag. Pixel

RICARDO RAMOS

Os comércios locais e postos de combustíveis dentro do Plano Piloto invadem quase 97 mil m² de área pública. A gigantesca área, equivalente a 2.770 lojas de tamanho padrão – ou dez campos de futebol –, deverá ter uma solução em 120 dias. Os Ministérios Públicos do DF e da União assinaram uma recomendação, em conjunto, com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Secretaria de Fiscalização das Atividades Urbanas (Sefau), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Seduh) e a Administração de Brasília para impedir a existência dos *puxadinhos*.

Os procuradores pediram ao Iphan e à Sefau que fiscalizem, em até quatro meses, as construções e obras irregulares, contrárias ao conjunto urbanístico da capital. Após as vitorias, os órgãos terão de embargar as obras, promover demolições e, se necessário, propor ações judiciais. A Seduh não poderá realizar projetos de ampliação destas áreas e a Administração Regional tampouco renovar ou conceder alvarás em desacordo com o tombamento.

Um levantamento da Sefau, concluído em maio, detalha a ocupação nos comércios SCHS, SCHN, CLS e CLN e revela que a Asa Sul é a campeã das invasões. Dos 1.572 estabelecimentos comerciais na Asa Sul, 862 ocupavam área pública. Ou seja, 54,8% das lojas do bairro. A maior parte das ocupações fica sob telhas, lonas e marquises. Dos 44,4 mil m² invadidos, 41,7 mil m² – ou 93,9% – são feitas com coberturas.

Na Asa Norte, dos cerca de 1 mil estabelecimentos comerciais, 151 são invasores. O bairro tem 3.586 m² de área invadida, dos quais 83,06% são cober-



BARES como o Mont Sion, na Asa Norte, ocupam área pública protegidas por liminares judiciais

tas. A pesquisa ainda mostra que, descontado o acesso dos veículos, 12 postos de combustíveis do Plano Piloto invadem quase 10 mil m². Os 11 da Asa Sul respondem por 8,8 mil m², enquanto um único da Asa Norte invade 1,1 mil m².

O secretário de Fiscalização, Vatanábio Brandão, afirmou que a maioria dos comércios invade com base em alvarás de funcionamento a título precário. A figura jurídica, criada pela lei 1.171/96, permitiu aos estabelecimentos, em alguns casos, ocupar os terrenos mediante o pagamento de uma taxa anual de R\$ 40 por m².

– Fizemos 260 demolições em áreas públicas invadidas no Plano Piloto em 2003, mas os comerciantes sempre voltam a ocupá-las – afirmou Vatanábio, estimando em 10% os invasores que funcionam por liminares judiciais, em sua maioria bares e restaurantes.

A lei agora está sendo analisada pelo Conselho da Área de Preservação de Brasília (Conpresb), que defendem a extinção das ocupações que ferem o tombamento. Representação da deputada distrital Érika Kokay (PT) ao MPDF defende a revogação da lei.

O presidente do Sindicato de

Bares e Restaurantes, César Gonçalves, disse que o acordo só atende uma parte envolvida.

– Eles não nos ouviram – criticou César.

Dos 1 mil bares e restaurantes no Plano Piloto, cerca de 65% utilizam área pública. Segundo César, a saída apontada pelo superintendente regional do Iphan, Cláudio Queiroz, de estimular os comerciantes a ocuparem a W3, não serviria para a categoria.

– Se todos os bares forem para lá – não haverá estacionamento.

ricardo.ramos@jb.com.br

Reunião discute os condomínios

O Ministério Público Federal e a Secretaria do Patrimônio da União trabalharão em parceria para acelerar o processo de regularização nas áreas do DF passíveis de serem regularizadas. A decisão foi tomada em reunião ontem entre a secretária do Patrimônio da União, Alexandra Reschke, e os procuradores Ana Paula Mantovani e Francisco Guilherme Bastos, na sede da Procuradoria da República no DF.

Neste primeiro encontro foi feita a explanação da situação fundiária e analisadas possibilidades de solução para a questão. A secretária do Patrimônio da União, Alexandra Reschke ressaltou que vê com muita satisfação a participação do Ministério Público Federal na busca de soluções para o problema, pois acredita que apenas com o envolvimento de todos os órgãos a regularização fundiária sairá do papel.

Nesse sentido a SPU está trabalhando para instituir um grupo de trabalho composto por representantes da SPU, MPF, Ministérios das cidades, Ibama, InCra, Iphan, Terracap e Siv-Solo, para imprimir mais agilidade na regularização e fiscalização das terras públicas da União.

A procuradora da República, Ana Paula Mantovani, acrescentou que o Ministério Público contribuirá nessa parceria priorizando as questões ambientais e sociais.